

Inclusão escolar nas gestões Temer e Bolsonaro: uma revisão sistemática de literatura¹

Ícaro Belém HORTA²
Josiane Pereira TORRES³

RESUMO

O presente trabalho analisa o processo de inclusão escolar no período que decorre após o *impeachment* da presidenta Dilma Rousseff em 2016. Norteia-se com a indagação: “Quais as contribuições da literatura acadêmica sobre os processos voltados para a Educação Especial brasileira no período pós-*impeachment* de 2016?”. Utiliza-se da metodologia de revisão sistemática de literatura, tendo como banco de dados o Periódicos CAPES. Dentre os resultados obtidos, verifica-se uma série de medidas iniciadas na Gestão Temer sobre uma desestruturação política que age na contramão da perspectiva inclusiva nos últimos anos. Dentre esses pontos assinalados, há um fortalecimento de políticas de caráter segregatório e com uma concepção médico-assistencialista. Tais medidas são fomentadas com a promulgação da Política Nacional de Educação Especial: Equitativa, Inclusiva e com Aprendizagem ao longo da vida, sancionada pelo Decreto nº 10.502/2020 pelo então presidente Jair Bolsonaro. Neste campo, há também fortalecimento de um financiamento público para instituições privadas. Em suma, a pesquisa evidencia como os movimentos políticos e sociais agiram desde a Gestão Temer para a efetivação do referido Decreto.

PALAVRAS-CHAVE: Educação Especial. Políticas públicas. Política Nacional de Educação Especial.

¹ Agradecemos a Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de Minas Gerais (FAPEMIG) pelo financiamento da pesquisa.

² Mestrando em Educação: Conhecimento e Inclusão Social pela Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG). Licenciado em Geografia pela UFMG. Bolsista da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de Minas Gerais (FAPEMIG). Professor de Geografia da educação básica rede pública municipal de Belo Horizonte. ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-7184-1494>
E-mail: oracibh@gmail.com

³ Doutora em Educação Especial pela Universidade Federal de São Carlos. Professora da Universidade Federal de Minas Gerais. ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-1452-8223>
E-mail: josianetorres.ufmg@gmail.com

School inclusion in Temer and Bolsonaro managements: a systematic literature review

Ícaro Belém HORTA
Josiane Pereira TORRES

ABSTRACT

This paper analyzes the process of school inclusion in the period following the impeachment of President Dilma Rousseff in 2016. It is guided by the question: “What are the contributions of the academic literature on the processes aimed at Brazilian Special Education in the post-impeachment period of 2016?”. It uses a systematic literature review, with the Periódicos CAPES as a data base. Among the results, a series of measures initiated in the Temer administration regarding a political disruption that acts against the inclusive perspective in recent years. Among these points, there is a strengthening of segregatory policies based on a medical-assistentialist conception. Such measures are encouraged with the promulgation of the National Policy for Special Education: Equitable, Inclusive and with Lifelong Learning, sanctioned by Decree No. 10.502/2020 by former President Jair Bolsonaro. There is also a strengthening of public funding for private institutions.

KEYWORDS: National Policy on Special Education. Public Policies. Special Education.

Inclusión escolar en los gobiernos de Temer y Bolsonaro: una revisión sistemática de la literatura

Ícaro Belém HORTA
Josiane Pereira TORRES

RESUMEN

Este trabajo analiza el proceso de inclusión escolar en el período posterior al impeachment de la presidenta Dilma Rousseff en 2016. Se guía por la pregunta: “¿Cuáles son las contribuciones de la literatura académica sobre los procesos dirigidos a la Educación Especial brasileña en el post-impeachment de ¿2016?” Utiliza una revisión sistemática de literatura, emplea como base de datos las Revistas CAPES. Entre los resultados, hay una serie de medidas iniciadas por la gestión Temer frente a una desorganización política que actúa en contra de la perspectiva inclusiva de los últimos años. Entre estos puntos, está el fortalecimiento de políticas de carácter segregacionista y con concepción médico-asistencial. Tales medidas se alientan con la promulgación de la Política Nacional de Educación Especial: Equitativa, Inclusiva y con Aprendizaje Permanente, sancionada por el Decreto nº 10.502/2020 del entonces presidente Jair Bolsonaro. También hay un fortalecimiento del financiamiento público para las instituciones privadas.

PALABRAS CLAVE: Educación Especial. Políticas públicas. Política Nacional de Educación Especial.

Introdução

Compreender os processos direcionados à escolarização de estudantes público-alvo da Educação Especial (PAEE) perpassa por uma série de medidas, sejam elas locais, institucionais, jurídicas e políticas. Entende-se aqui a compreensão de que as ações podem propiciar um acesso (ou não) desses referidos estudantes para que seu direito constitucional e legal seja resguardado. As conquistas políticas das pessoas com deficiência, hoje materializadas nos documentos normativos como direitos garantidos, é resultado de constantes lutas e movimentos da sociedade civil. Neste sentido, para a compreensão do processo de inclusão, os autores enfocam no processo de escolarização, sendo relevante evidenciar que um dos primeiros passos a ser realizado é a inclusão escolar deste estudante.

Entender, neste momento, o contexto de cada normativa permite indagar e deduzir alguns direcionamentos e estratégias, além da importância que gerem para tal meio. Com isso, as gestões e suas respectivas ideologias podem impactar na promoção de meios para o acesso de estudantes PAEE aos espaços destinados à escolarização.

Neste passo, Jannuzzi (2004) contribui em apresentar perspectivas de se pensar algumas das concepções da educação sobre a pessoa com deficiência e, para tal, levanta apontamentos que corroboram a análise de pesquisas e, também, de resultados mais concretos sobre elas. A autora aponta que:

A – As que se centram principalmente na manifestação orgânica da deficiência, procurando meios de possibilitar-lhe a vida. Consideram preponderantemente um lado da questão, tentando a capacitação da pessoa para a vida na sociedade. Denomino-as: A1) Medicopedagógica e A2) Psicopedagógica.

B – As que procuram estabelecer conexão entre a deficiência e o contexto em que ela se situa, enfatizando o outro lado do problema: B1) a que coloca acento principal no contexto e a educação passa a ser preparação para ele – Economia da Educação ou Teoria do Capital Humano; B2) as que se centram principalmente na educação como a redentora, a única responsável pela transformação contextual. B2.1) Integração e B2.2) Inclusão.

C – A que procura considerar os dois lados da questão: a complexidade do indivíduo num momento histórico específico. Pensa a educação como momento intermediário, como mediação, condicionada pelo contexto socioeconômico-político-cultural, mas com autonomia relativa capaz de atuar na transformação desse contexto. (Jannuzzi, 2004, p. 10-11).

Entendendo essas perspectivas, utiliza-se aqui a concepção “C”, uma vez que busca pensar a complexidade do indivíduo dentro de um momento histórico. Ressalta-se que momento histórico se relaciona intrinsecamente de modo político, social, econômico e cultural. Esta concepção ressalta a

necessidade de pensar gestões governamentais e como elas gerenciam (ou não) as políticas públicas perante a este campo de conhecimento.

E é por meio dessa perspectiva constitucional e legal que se buscou refletir sobre a realidade de acesso sobre como as políticas públicas apresentam contribuições – e retrocessos – sobre como o acesso é posto nessa seara. Em especial, como a literatura acadêmica permite dar luz às ações geridas por dois períodos políticos em específico: a) Governo Temer (2016-2018); e b) Governo Bolsonaro (2019-2022). Tal escolha é dada por uma fragilidade do movimento democrático brasileiro e do processo de desvalorização e sucateamento de políticas públicas do âmbito educacional, observados durante esses períodos.

Nesse contexto, esse estudo constituiu-se a partir da seguinte problematização: Quais as contribuições das políticas públicas sobre Educação Especial para a inclusão escolar de estudantes público-alvo da Educação Especial (PAEE) pós *impeachment* de 2016, reportadas pela literatura da área?

Em períodos anteriores, por exemplo, a partir de 2006 observou-se, no Brasil, consideráveis investimentos do governo federal para a Educação Especial impulsionando a valorização da escolarização do PAEE nos espaços comuns⁴. Tais efeitos foram evidenciados pela literatura científica (Pletsch, 2011; Rebelo; Kassar, 2018; Kassar, 2011). No entanto, após o *impeachment* da presidenta Dilma, foi possível identificar, no cenário político, um movimento de descontinuidade e rupturas de ações relacionadas a perspectiva inclusiva, o maior exemplo foi a elaboração e publicação do decreto nº 10.502 em 2020. Dessa forma, considerando a importante atuação da comunidade acadêmica que se manifesta por meio de produções científicas, evidenciando ameaças e potencialidades de ações políticas, vê-se a necessidade de analisar o cenário de pesquisas e perspectivas das produções nacionais sobre a inclusão escolar do estudante PAEE durante a Gestão Temer (2016-2018) e Bolsonaro (2019-2022). Busca-se entender as barreiras e as possibilidades que ambos governos e políticas públicas acarretaram para este campo e, também, gerar questionamentos e desafios para a Gestão Lula (2023-2026) para possibilitar uma educação com um viés pautado na inclusão escolar.

⁴ Considera-se aqui os espaços comuns como as escolas regulares, isto é, junto com todos os demais estudantes, não apenas aos estudantes com deficiência.

Metodologia

Nos passos que tangem ao processo metodológico deste trabalho, foram adotadas as estratégias de Revisão Sistemática de Literatura baseado em Galvão; Sawada e Trevizan (2004) e “AUTOR” (2016), cujos trabalhos contemplam a organização de fases necessárias a serem realizadas para uma execução mais adequada para a pesquisa. Foi definida, portanto, a seguida organização para a execução: 1) Protocolo; 2) Definição da pergunta; 3) Busca dos estudos; 4) Seleção dos estudos; 5) Avaliação crítica dos resultados; 6) Coleta de dados; e 7) Síntese dos dados. Esta referida organização possibilitou com que houvesse uma busca direta e que esclarecesse os métodos adotados para uma limitação do viés de seleção, de modo a ser avaliado com análise crítica e pautados no referencial teórico-metodológico e a realização da sintetização de estudos relevantes (“AUTOR”, 2016).

Como primeiro passo do processo, foi organizado o protocolo a ser executado, uma vez que há a necessidade de compreender, antes mesmo da busca, princípios para evitar um processo de enviesamento por parte do pesquisador. Para tal, a princípio definiu-se como fonte de dados o Portal de Periódicos CAPES. Os descritores adotados para as buscas foram: “Educação Especial”; “Educação Inclusiva”; “Inclusão Escolar”; “Temer”; “Bolsonaro”; e “Políticas Públicas”. Cabe aqui pontuar que é necessário que seja estabelecido que durante a busca os termos sejam exatamente os que foram digitados, uma vez que termos como “educação” e “especial”, por exemplo, são vocábulos que servem como um substantivo muito amplo e também advérbios, o que tira o foco das pesquisas e promove um trabalho árduo e desnecessário. Uma vez selecionado tais descritores, faz-se jus entender que as produções deveriam ser após o período do *impeachment* sofrido pela presidenta Dilma Rousseff, na qual Michel Temer assume; portanto, o período considerado das produções foi de 2016 até o ano de 2023 [momento de realização da pesquisa].

Para que tais descritores e período fossem definidos, houve a necessidade de estruturar uma pergunta norteadora para maiores esclarecimentos, sendo ela: Quais as contribuições da literatura acadêmica sobre os processos voltados para a Educação Especial brasileira no período pós-*impeachment* de 2016? Tal pergunta orientou a análise de pensar possíveis consequências geradas neste período de conturbação no cenário político nacional, tentando estabelecer relações entre as análises e perspectivas de inclusão escolar com o momento sócio-histórico, político e econômico vigente.

A busca se deu durante o período do dia 13 e 14 de fevereiro de 2023. Organizadas tais produções, foi necessário designar critérios para evitar trabalhos que não atendiam e nem respondiam às demandas estabelecidas enquanto objetivo dessa revisão. Para tal, determinou-se como filtros de

busca: a) trabalhos em língua portuguesa; b) revisado por pares; c) produções do período de 2016 a 2023; d) apenas artigos científicos.

Para a seleção, houve também a necessidade de se definir critérios de exclusão, sendo selecionados trabalhos que: a) Não abordassem políticas sobre a Educação Especial e/ou consequências de demandas para a inclusão escolar de estudantes PAEE; b) Não apresentassem contribuições sobre as gestões dos governos Temer e Bolsonaro; c) Não estivessem por completo em língua portuguesa; e d) Não fossem revisados por pares.

Tais critérios e passos metodológicos foram definidos visando a uma seleção de trabalhos que respondessem à questão norteadora do estudo. A seleção dos trabalhos se deu por meio da leitura dos resumos de cada trabalho e, observando uma ausência de respostas, buscou-se por meio de um localizador de palavras [CTRL + F] no corpo do texto para verificação se abordava [ou não] os critérios estabelecidos para a seleção.

Com a seleção das produções pré-definidas, passou-se para a avaliação crítica dos resultados, realizando uma leitura do trabalho para posterior processo de sistematização dos resultados obtidos, fossem eles parciais ou conclusivos. Ademais, foi neste momento que houve a necessidade de delinear as metodologias utilizadas como forma de garantir uma boa percepção com/para a revisão proporcionada. Com isso, foi possível construir uma concepção geral dos trabalhos e, assim, passar para a fase seguinte, na qual possibilitou uma coleta de dados e, consequentemente, sistematizar os resultados que pudessem responder às perguntas levantadas pelos autores. Este passo foi essencial para estabelecer resultados de forma sistematizada e clara possibilitando a compreensão do panorama das políticas públicas durante o referido período.

Por fim, foi realizada a síntese e análise dos dados, como forma de possibilitar a obtenção de conclusões sobre a temática. Ademais, tal passo foi essencial para refletir sobre as políticas públicas e os seus impactos, a partir da perspectiva das produções encontradas, e no delineamento de desafios e metas a serem estabelecidas pela Gestão Lula (2023-2026) visando a promoção de uma educação mais inclusiva.

Resultados e discussões

Dentre os primeiros apontamentos possíveis, a partir dos resultados obtidos, ficou evidente a baixa produção científica que trata e problematiza sobre o acesso de estudantes público-alvo da Educação Especial nas escolas regulares através de uma perspectiva das políticas públicas pós-*impeachment* de 2016, considerando os critérios adotados nessa revisão. Uma vez apontado, é

Inclusão escolar nas gestões Temer e Bolsonaro: uma revisão sistemática de literatura relevante pontuar, que ainda assim, o papel da academia e de pesquisadores se mostraram relevantes na luta contra retrocessos durante o período analisado (2016-2022).

Sobre a produções obtidas após o processo de buscas e seleção dos dados, obteve-se um total de cinco trabalhos considerados alinhados e que atendem à pergunta que norteia este trabalho. Dentre eles: um foi publicado em 2022; três em 2021; um em 2019; e um em 2018. Tais resultados podem ser verificados no Quadro 1.

Quadro 1 – Artigos selecionados a partir do Periódicos CAPES.

Autor(es)	Metodologia	Ano da publicação	Título do artigo	Journal/Revista
Élida Cristina da Silva de Lima Santos; Jefferson da Silva Moreira	Qualitativa, de abordagem documental e bibliográfica, pautado em uma análise crítica interpretativa das disposições gerais, princípios, objetivos e diretrizes presentes no Decreto nº 10.502/2020.	2021	A “nova” política de educação especial como afronta aos direitos humanos: análise crítica do decreto 10.502/2020	Revista de Estudos em Educação e Diversidade
Letícia Maria Schabbach; Júlia Gabriele Lima da Rosa	Estudo de caso que abrangeu reconstrução histórica, análise documental, revisão bibliográfica e levantamento de dados secundários. Utilizou-se a Teoria das Coalizões de Defesa.	2021	Segregar ou incluir? Coalizões de defesa, ideias e mudanças na educação especial do Brasil	Revista de administração pública
Andreia da Silva Quintanilha Sousa; Ana Flávia Teodoro de Mendonça Oliveira; Ricardo Antonio Gonçalves Teixeira	Pesquisa exploratória, na qual realiza um histórico sobre as legislações que permeiam a educação especial e uma relação com as matrículas de 1998 a 2016.	2018	Cenários e perspectivas de políticas públicas da educação especial no Brasil	Revista Exitus
Mônica de Carvalho Magalhães Kassar; Andressa Santos Rebelo; Regina Tereza Cestari de Oliveira	Análise do discurso através de informações coletadas de jornais impressos e online, blogs de comentaristas, páginas WEB representativas do poder público e de instituições especializadas privadas, atuantes na forma de Organizações Não Governamentais (ONG)	2019	Embates e disputas na política nacional de Educação Especial brasileira	Educação e Pesquisa
Júlia Gabriele Lima da Rosa; Luciana Leite Lima	Análise categorial de conteúdo em documentos produzidos ao longo da revisão da Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva	2022	Muda o governo, mudam as políticas? O caso da política nacional de educação especial	Revista Brasileira de Educação

Fonte: Elaborado pelos autores (2023).

Com essa pesquisa, evidenciam-se algumas respostas, mas também muitas perguntas. É possível identificar contribuições das políticas públicas federais sobre Educação Especial para o acesso de estudantes público-alvo da Educação Especial (PAEE) – pós-*impeachment* de 2016 – na educação básica regular? Quais atores agiram no desenvolvimento de medidas destinadas à

Inclusão escolar nas gestões Temer e Bolsonaro: uma revisão sistemática de literatura segregação escolar? É possível identificar interesses explícitos e implícitos nessas políticas em prol de alguma concepção?

Na busca de responder esses questionamentos e para fins didáticos, essa sessão encontra-se organizada em duas categorias que representam dois momentos políticos, econômicos e sociais, sendo eles: a Gestão Temer (2016-2018), sendo caracterizada após o processo de *impeachment* da presidenta Dilma Rousseff; e a Gestão Bolsonaro (2019-2022), que compreende os 4 anos do ex-presidente Jair Bolsonaro. Essa organização possibilitará compreender ações em grupos políticos, dado que suas gestões apresentam características específicas sobre as políticas para a Educação Especial.

Gestão Temer (2016-2018): período pós *impeachment* da presidenta Dilma Rousseff

O segundo mandato da presidenta Dilma Rousseff foi marcado por uma série de conturbações e uma forte oposição, cenário que culminou com o processo de *impeachment* iniciado no final de 2015 e efetivado em 31 de agosto de 2016, levando ao poder o então vice, Michel Temer. Assumindo a presidência, inicia-se uma série de medidas econômicas, políticas e sociais, marcando um rompimento de um plano que vinha sendo construído pelas gestões anteriores (Governos Lula 2003 a 2010 e governos Dilma 2011 à 2016).

Dentro dessa seara de medidas, ao analisar especialmente aquelas que tangem a educação especial e inclusiva, algumas delas são visualizadas: a) Mudança na direção da Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização, Diversidade e Inclusão (SECADI) e da Diretoria de Políticas de Educação Especial (DPEE) (Brasil, 2016b); b) Abertura de editais para contratação de especialistas para a revisão da Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva (PNEEPEI) (Unesco, 2017a; 2017b); c) Reuniões para atualização da PNEEPEI; d) Ação conjunta com Instituições especializadas; e e) Minuta da nova Política Nacional de Educação Especial (PNEE). É importante pontuar que todas essas medidas têm como atravessador a Emenda Constitucional nº 95 (BRASIL, 2016a), conhecida como o Teto de Gastos.

Antes de partir para a análise de cada uma das medidas, cabe apontar os impactos que o Teto de Gastos gera na execução das demais políticas públicas. De acordo com Leher (2021), tal Emenda apontada por parte da imprensa e de veículos de comunicação seria a “salvadora da economia”, mas que na realidade, limita os custos e investimentos em áreas essenciais como educação e saúde. Ter esse “limite” é uma forma de desconsiderar os papéis sociais que cada política e cada área exerce em prol, além do público que elas atingem. Teixeira, Oliveira e Sousa (2018) também apontam que o

Teto de Gastos funciona como um impedimento para a inclusão escolar, uma vez que promove a diminuição e o contingenciamento de recursos que são necessários para a promover o acesso de estudantes PAEE no ensino regular.

Como forma de compreender as medidas tomadas pela Gestão Temer, no que diz respeito à Educação Especial e Inclusiva, é interessante considerar, num primeiro momento, a mudança de direção da SECADI e da Diretoria de Políticas de Educação Especial, no ano de 2016 (Kassar; Rebelo; Oliveira, 2019; Rosa; Lima, 2022). Pensar numa mudança de estrutura de governança é uma forma de pensar novas direções e mudanças de foco. Com essa alteração, no ano seguinte, a SECADI abriu editais para a contratação de consultores para debater e reformular as Diretrizes da Política de Educação Especial (Kassar; Rebelo; Oliveira, 2019; Rosa; Lima, 2022). Essa busca de consultores pode indicar “a intenção clara de revisão da política de formação do sistema educacional inclusivo, nos moldes em que vinha sendo construído até o *impeachment* de Dilma Rousseff” (Kassar; Rebelo; Oliveira, 2019, p. 11).

Junto a todas essas medidas de repensar e “atualizar” a PNEEPEI, é interessante verificar a realização de reuniões para a discussão da Política.⁵ Autores como Rosa e Lima (2022) apontam como resultado de algumas dessas reuniões a elaboração de ofícios encaminhados ao MEC que apresenta uma justificativa de mudanças no cenário na Educação Especial. Também aconteceram reuniões com o objetivo de elaborar uma Minuta de atualização da Política. Ter essa perspectiva de análise possibilita pensar também quais atores estavam presentes nesse processo, uma vez que as autoras revelam a presença de vários grupos de instituições privadas especializadas, como é o caso do: Instituto Benjamin Constant; Conselho de Organizações das Pessoas com Deficiência; Federação das Associações das Pessoas com Síndrome de Down; Federação Nacional das APAES (FENAPAES); Federação Nacional de Pestalozzi; e da Organização Nacional de Cegos do Brasil (Rosa; Lima, 2022).

A presença de dois grupos, em especial, aponta uma perspectiva que será traçada na Minuta posteriormente apresentada: a FENAPAES e a Federação Nacional de Pestalozzi. Teixeira, Oliveira e Sousa (2018) trazem ideais que a FENAPAES possui uma vez que no ano de 2018 divulgam o “Manifesto da rede Apae pela atualização da política de Educação Especial no Brasil”, que defende a presença e a permanência das instituições especializadas como respostas para o processo de

⁵ De maneira bastante curiosa, no ano de 2016, Rosângela Moro aceita o convite da Portuguese Language Institute (POLI) para falar na Organização das Nações Unidas (ONU) sobre a ação das APAEs. De acordo com o Blog ligado ao Estadão, citado por Kassar, Rebelo e Oliveira (2019, p. 10): “Rosângela Moro não perde o senso crítico e faz um alerta. ‘Os recursos públicos, não preciso dizer, são insuficientes. Os diretores são voluntários, em sua esmagadora maioria.’”. O ponto interessante de ser apontado é que Rosângela é esposa do ex-juiz que teve envolvimento na prisão do candidato Luís Inácio Lula da Silva e, posteriormente, se tornou Ministro da Justiça da gestão Bolsonaro.

Inclusão escolar nas gestões Temer e Bolsonaro: uma revisão sistemática de literatura escolarização de pessoas com deficiência e, principalmente, fazerem jus ao apoio técnico e financeiro ofertado pelo poder público. Essa perspectiva benevolente das instituições, muitas vezes, possui um carácter político e econômico para o acúmulo de capital (Teixeira; Oliveira; Sousa, 2018; Santos; Moreira, 2021; Rosa; Lima, 2022). Verifica-se, então, interesses que estavam em jogo na presença dessas instituições nas reuniões para reelaboração da PNEEPEI.

A cartada final da Gestão Temer em relação à Educação Especial é o lançamento da Minuta da “nova” Política Nacional de Educação Especial (PNEE), no dia 14 de setembro de 2018, que seria posteriormente apresentada para consulta pública (Kassar; Rebelo; Oliveira, 2019; Santos; Moreira, 2021; Rosa; Lima, 2022). De acordo com tais autores, é possível visualizar um grande retrocesso em relação à PNEE, uma vez que ela apresentava uma tendência a volta do modelo médico-assistencialista, em que a deficiência é o centro de todos os problemas de aprendizado e desconsidera questões sociais. Rosa e Lima (2022) apontam que ainda houve um processo de ajuizamento de uma ação civil pública para que a Minuta não fosse publicada enquanto não houvesse um debate com as pessoas com deficiência e entidades envolvidas com a inclusão.

Essa Minuta se configurou como um afastamento do debate com sociedade civil e a academia, além da recusa da escuta de grupos específicos. Kassar, Rebelo e Oliveira (2019, p. 13, grifos nossos), citando Brasil (2017), reforçam essa visão à medida que pontua que:

Cabe registrar que esse embate evidencia outro movimento: o de **afastamento das associações científicas das instâncias de participação em tomadas de decisões**, posição clara e recorrente desde 2016, em que se procura **considerar e/ou desconsiderar atores específicos**, como no episódio de reformulação do Fórum Nacional de Educação (BRASIL, 2017).

A Gestão Temer não se configurou apenas no processo de desestabilização da democracia e das instituições públicas, mas também como uma relevante ameaça para o processo de inclusão de estudantes PAEE na escola regular e um constante afastamento da sociedade civil e da acadêmica. O movimento antidemocrático age como retrocesso em políticas educacionais ao se amparar em legislações ultrapassadas à concepção científica, promovendo, então, uma descontinuidade de conquistas e garantias sociais.

Gestão Bolsonaroista (2019-2022)

Finalizada a Gestão Temer, observa-se que alguns caminhos foram trilhados no processo de reformulação da Política Nacional de Educação Especial, uma vez que a Minuta havia sido lançada. A Gestão Bolsonaro teve início no ano de 2019 e foi marcado por uma série de medidas políticas,

econômicas e sociais que conturbaram a sociedade brasileira e promoveu, cada vez mais, um processo de polarização política. Ainda é relevante deixar claro que a Gestão Bolsonaro é organizado num período pós desestabilização democrática e de Teto de Gastos, junto a isso, tem-se durante toda a gestão o conjunto de medidas que visavam, ainda mais, precarizar direitos sociais e trabalhistas, como é o caso da PEC do Pacto Federativo (PEC nº 188/2019), a PEC Emergencial (PEC nº 186/2019) e da Reforma Administrativa (PEC nº 32/2020) (Leher, 2021), além de um processo de descontrole da pandemia e colapsos no sistema de saúde.

De forma a elucidar alguns dos vários problemas que a educação passou, tem-se a noção de um total de cinco ministros que assumiram a pasta do Ministério da Educação (MEC): Ricardo Vélez Rodríguez, Abraham Weintraub, Carlos Decotelli⁶, Milton Ribeiro e Victor Godoy Veiga. Essa constante mudança no comando do Ministério da Educação é uma forma de reforçar um caráter mais ideológico do que técnico dos ministros e no interesse de ter as pautas governistas atendidas.

Para compreender as ações desenvolvidas na Gestão Bolsonaro, para a Educação Especial, é importante ter em mente os caminhos que foram sendo sedimentados pela Gestão Temer (2016-2018), desde as mudanças de direções, além de um processo de reformulação da PNEEPEI com interesses de entidades privadas e sem uma maior discussão com a sociedade civil e a academia (Teixeira; Oliveira; Sousa, 2018; Kassari; Rebelo; Oliveira, 2019; Santos; Moreira, 2021; Rosa; Lima, 2022).

Aproveitando diversas polêmicas sobre a pandemia da COVID-19, o governo lançou no dia 1.º de outubro de 2020, o Decreto n.º 10.502, de 30 de setembro de 2020 (Brasil, 2020), que instituiu a “Política Nacional de Educação Especial: equitativa, inclusiva e com aprendizado ao longo da vida” (Santos; Moreira, 2021; Schabbach; Rosa, 2021). Tal Decreto contemplava inspirações da Minuta da reformulação da PNEEPEI, realizada no final da Gestão Temer, com várias críticas realizadas. A PNEE (Brasil, 2020) foi duramente criticada pelo fato de, novamente, não promover um debate com a sociedade civil e a academia, além de promover a volta do modelo médico-assistencialista na Educação Especial. Apesar de todas essas polêmicas, a mais criticada foi a possibilidade e o reforço da criação de salas de aula e escolas exclusivas, promovendo a segregação e reforçando a possibilidade de financiamento de instituições especializadas privadas. Consequências (in)diretas são geradas com essas ações, como Santos e Moreira (2021, p. 71, grifo nosso) apresentam:

⁶ O referido ministro chegou a ser nomeado, porém, devido a uma série de polêmicas de inverdades apresentadas em seu currículo renunciou ao cargo (Pires, 2020).

Inclusão escolar nas gestões Temer e Bolsonaro: uma revisão sistemática de literatura [...] **diminuição de investimentos financeiros nas escolas públicas** para garantia de acessibilidade aos alunos com deficiência, como diminuição de recursos para implantação de novas salas de recursos multifuncionais, aquisição de recursos/serviços de tecnologia assistiva, para compra de aparelhos, contratação de profissionais de apoio, cuidadores, professores de AEE e para o investimento na formação de professores e outros profissionais que atuam nas escolas públicas. **Investimentos esses que fortaleceriam a educação pública e a inclusão educacional das pessoas com deficiência.**

É com base na promulgação desse Decreto que se organizam as ações geradas pela Gestão Bolsonaro, para a Educação Especial: a) Viés médico-assistencialista dos estudantes com deficiência; b) Reforço da segregação e saída da classe regular; c) Financiamento estatal de classes e escolas especializadas; d) Mudança de significados empregados e utilizados na PNEE; e e) Discursos presentes em traduções das políticas ao longo da gestão.

No que tange ao viés ideológico que a PNEE (Brasil, 2020) apresenta, verifica-se que há uma desconsideração da perspectiva social, que é mais aceita na comunidade acadêmica e internacional. É importante entender que ao desconsiderar a perspectiva social nacional, desconsidera-se também que barreiras sociais agem e afetam de forma incisiva no processo de aprendizagem desses estudantes (Diniz; Barbosa; Santos, 2009, *apud* Santos; Moreira, 2021). O Decreto utiliza de uma perspectiva unicamente biológica, conforme aponta Santos e Moreira (2021, p. 170):

conceito de deficiência dentro de uma perspectiva unicamente biológica, centrado na pessoa, não considerando as barreiras sociais, atitudinais, arquitetônicas, dentre outras, que, na maioria das vezes, são as principais responsáveis pela não aprendizagem ou a não adequação dos alunos com deficiência na escola regular.

É nesse sentido que há uma justificativa por parte do Decreto da segregação que ele gera, uma vez que possibilita de forma ainda mais clara o reforço das classes e escolas especializadas. Uma vez trazendo essa concepção dos estudantes enquanto uma barreira ao ensino e aprendizado, a justificativa da saída desses e ida para turmas ditas “especializadas” tira de foco a insuficiência de investimentos e recursos, além da falta de profissionalização dos docentes (Santos; Moreira, 2021; Rosa; Lima, 2022). Tal ponto exerce algo semelhante a uma terceirização por parte das Gestões em análise com a Educação Especial, tirando de seu cerne a obrigação da promoção de uma educação inclusiva.

Com base nessa movimentação de obrigações, aponta-se uma questão reforçada nessa política: o financiamento estatal de classes e escolas especializadas. Uma vez que essa questão sai da sua seara de atuação, promove-se uma maior possibilidade de que instituições privadas especializadas adquiram verbas públicas como meio de obter um financiamento para seu funcionamento (Santos; Moreira, 2021). Tal promoção reforça o processo de terceirização das obrigações, na qual o Estado

reforça a segregação, financia essas instituições e garante um certo apoio político e institucional⁷. Ademais, é relevante ter em mente que a saída de recursos para instituições privadas – e o seu consequente incentivo – promove uma redução de investimentos para a educação pública, o que torna cada vez mais explícito o projeto defendido pela Gestão Bolsonaro: “essa política faz parte das ações de um projeto maior de sociedade em ascensão no Brasil, marcado pelas desigualdades, preconceitos, discursos anticientíficos e conservadores” (Santos; Moreira, 2021, p. 171).

Ainda nesse conjunto de medidas, observa-se uma alteração dos significados e de interesses apresentados na PNEE (Brasil, 2020). Isto é, durante todo o discurso presente no Decreto, há o uso de nomenclaturas e conceitos utilizados de forma deturpada, promovendo um processo de quebra de conhecimentos. Conforme apontado por Kassar, Rebelo e Oliveira (2019, p. 12), analisando o manifesto apresentado pelo LEPED (2018), é possível verificar a existência de termos:

do campo da inclusão, que expressariam a perspectiva de que a escola comum/regular é o lócus da educação de todos os estudantes. Esses termos estariam sendo apropriados e utilizados com sentidos diferentes daqueles originalmente adotados. Dentre essas expressões está justamente aquela disseminada por documentos do governo federal desde 2003, meio e fim último da inclusão: a formação de um sistema educacional inclusivo. (Kassar; Rebelo; Oliveira, 2019, p. 12).

Outro exemplo é apontado pela Campanha Nacional pelo Direito à Educação (2020, grifo nosso):

Os adjetivos “equitativo” e “inclusivo” são utilizados de maneira diferente do proposto pela ONU. A equidade é o movimento de diferenciar estratégias para gerar inclusão e participação nos espaços comuns de convívio, o oposto da proposta que se apresenta no interior do Decreto. **Diferenciar para excluir é discriminação.**

E é através da deturpação de significados e conquistas que o governo foi sendo pautado. Essa questão evidencia que os discursos e as visões foram sendo executadas ao longo da gestão. Dentre vários escândalos que marcaram a Gestão Bolsonaro, alguns tiveram a Educação Especial, mais especificamente a PNEE, como pano de fundo. Em uma entrevista, o ex-ministro da Educação, Milton Ribeiro, afirmou que estudantes com deficiência atrapalham a convivência dentro de sala de aula e que não aprendem:

⁷ Essa perspectiva pode ser visualizada com base no momento que a Gestão Bolsonaro estava. Havia uma constante queda de aprovação e crescimento das reprovações de sua Gestão. Então, buscou-se o apoio de uma grande instituição como uma forma de fomentar um apoio político.

Inclusão escolar nas gestões Temer e Bolsonaro: uma revisão sistemática de literatura
Nós temos, hoje, 1,3 milhão de crianças com deficiência que estudam nas escolas públicas. Desse total, 12% têm um grau de deficiência que é impossível a convivência. O que o nosso governo fez: em vez de simplesmente jogá-los dentro de uma sala de aula, pelo 'inclusivismo', nós estamos criando salas especiais para que essas crianças possam receber o tratamento que merecem e precisam. (Alves, 2021, *recurso online*).

Dentre esses pontos, ratifica-se que os dados apresentados por ele demonstram que não possuía o conhecimento básico sobre essa modalidade de ensino: o total de 1,3 milhão é referente ao total de estudantes matriculados, sendo que desse total, 86,5% estavam em classes regulares e 13,5% em salas ou escolas exclusivas. Outro ponto a ser apresentado é a tentativa dos políticos de extrema-direita fazerem uso da pauta das pessoas com deficiência para alavancar suas imagens e obter apoio político. Um exemplo claro dessa questão é a figura de Michelle Bolsonaro, primeira-dama, que buscava utilizar da pauta da Língua Brasileira de Sinais (LIBRAS) e da comunidade surda como palanque político.

Com todas essas questões, é importante também considerar o papel do movimento social, civil das pessoas com deficiência e em defesa desse grupo. Como forma de deixar mais exemplificado esse entendimento, cabe aqui trazer alguns dos discursos proferidos durante a Audiência Pública sobre a inconstitucionalidade da PNEE (2020), realizadas nos dias 23 e 24 de outubro de 2021.

É possível perceber, durante toda a audiência, as posições tomadas por parte das instituições privadas e especializadas, de um lado, e de parte da sociedade civil e da academia, de outro. É relevante, nesse sentido, apresentar um trecho do discurso de Nídia de Sá, Diretora de Acessibilidade, Mobilidade, Inclusão e Apoio à Pessoa com Deficiência (na Gestão Bolsonaro): “Tememos que se as escolas especializadas forem inviabilizadas a partir do julgamento de mérito da PNEE 2020, as autoridades estarão direcionando de forma compulsória todo público da Educação Especial para um único modelo e isto não é respeito às diferenças” (STF, 2021, p. 42-43). Essa visão reforça o que ela já vinha defendendo desde o ano de 2019, nas audiências públicas sobre a PNEE, na qual ela disse que: “nessa política o espaço das escolas especiais, das classes especiais, das escolas bilíngues, das classes bilíngues [são] considerados como alternativas porque existe público para todos os tipos de classes, para todos os tipos de escolas” (Câmara dos Deputados, 2019, p. 4, *apud* Rosa; Lima, 2022, p. 12-13).

Em contraponto a essa direção institucional apontada na Gestão Bolsonaro, membros da sociedade civil, da academia, de movimentos e institutos argumentaram em seus debates a falsa defesa deste público, uma vez que essa Política não fomenta a inclusão escolar e, pelo contrário, fomenta a segregação. Representando a Associação Nacional de Pesquisadores em Educação, Mônica Kassar

levantou a presença de pesquisas de como os estudantes com deficiência severa se beneficiam da escola regular/comum, além dos diversos benefícios para aqueles que não tem deficiência (STF, 2021). Enicéia Mendes, representante do Programa de Pós-Graduação em Educação Especial da Universidade Federal de São Carlos (UFSCAR) pontuou que “se renunciarmos ao princípio da inclusão escolar, o país abre caminho para a exclusão, para a terceirização, a privatização, reforça a mentalidade de que a educação de estudantes público-alvo é uma questão de filantropia, uma questão de caridade e não de direitos” (STF, 2021, p. 194).

É importante evidenciar a necessidade de realizarmos recortes de raça e sociais, uma vez que a fundadora e representante do Vidas Negras com Deficiência Importam (VNDI), Luciana Viegas Caetano evidencia em seu discurso:

pensar em uma educação inclusiva sem levar em consideração a realidade do povo preto desconsidera como os processos educacionais são diversos [...] O olhar médico sobre os processos de aprendizagem dos alunos prejudicam e faz com que a gente patologize comportamentos, tirando o direitos da criança com deficiência serem quem é. Essa prática é mais recorrente em alunos periféricos e pretos. (STF, 2021, p. 417).

Por fim, é observado como todo o processo de organização e Gestão Bolsonaro em prol da Educação Especial não visava uma perspectiva verdadeiramente inclusiva, de acordo com o que preconiza as evidências científicas, mas sim interesses específicos de grupos e instituições, que muitas vezes, estão ligadas ao capital privado⁸. É relevante trazer uma concepção de Jannuzzi (2004) de que é necessário considerar o contexto socioeconômico-político-cultural, isto é, no contexto de uma ruptura democrática e no enfrentamento de direitos e conquistas sociais. Pensar e aplicar políticas públicas num contexto antidemocrático é extremamente perigoso, ao passo que favorece a quebra de conquistas históricas.

Considerações finais

A liberdade, que é uma conquista, e não uma doação, exige permanente busca. Busca permanente que só existe no ato responsável de quem a faz. Ninguém tem liberdade para ser livre: pelo contrário, luta por ela precisamente porque não a tem. Ninguém liberta ninguém, ninguém se liberta sozinho, as pessoas se libertam em comunhão. (Freire, 2014, p. 46).

⁸ O presente artigo não busca aprofundar discussão sobre capital x inclusão. Para tal, pode-se verificar os trabalhos de: Rafante, Silva e Caiado (2019); Souza (2022); Horta; Silva; Araújo (2024).

Inclusão escolar nas gestões Temer e Bolsonaro: uma revisão sistemática de literatura

É importante ter essa concepção que Paulo Freire aborda, em *Pedagogia do Oprimido*, a questão sobre a liberdade. Liberdade, nesse artigo, dentre as várias possibilidades de interpretação, pode ser traduzida também como a inclusão. É nesse ponto que é importante ter a concepção de que a luta é constante, o caminho na busca de uma educação inclusiva encontra barreiras das mais diversas formas. É quase um processo interminável, dado a necessidade de (re)afirmar todos os dias as conquistas, necessidades e, também, as potencialidades que o movimento de pessoas com deficiência proporciona. É nesse sentido que se deve ter em mente a educação especial como norte no Brasil em prol de uma educação libertadora.

Ao analisar o período *pós-impeachment* golpe da presidenta Dilma Rousseff, observou-se que não foi só a democracia que foi colocada em xeque, mas todo um conjunto de conquistas, direitos e batalhas que vieram sendo travadas há anos para a garantia de uma educação universal e inclusiva. Ao refletir sobre a pergunta que norteia este trabalho: “Quais as contribuições da literatura acadêmica sobre os processos voltados para a Educação Especial brasileira no período *pós-impeachment* de 2016?” é necessário pensar nas análises e reflexões que este estudo possibilitou: houve uma crescente de matrículas do estudante PAEE na educação regular com o apoio da PNEEPEI (2008), que teve suas conquistas – quase – derrubadas desde a Gestão Temer. É nesse sentido que se pode afirmar que as políticas públicas *pós-impeachment* tiveram contribuições negativas no entendimento sobre inclusão escolar, financiamento público de instituições privadas, além de fomento e aval de práticas segregacionistas nas escolas.

O Decreto nº 10.502 de 2020 foi revogado no dia 1.º de janeiro de 2023 – pelo Decreto 11.370 de 2023 (Brasil, 2023) –, na posse do atual presidente da república, Luís Inácio Lula da Silva. Esta ação permite traçar algumas perspectivas mais animadoras sobre o processo de inclusão de estudantes PAEE na escola regular. É claro que se tem em mente que ainda existem longos caminhos para serem trilhados, tais como a formação inicial e continuada de docentes que contemplem conhecimentos da Educação Especial e Inclusiva, maior apoio e financiamento de pesquisas nesta área, além do financiamento da educação inclusiva pública, uma vez que ela desenvolve uma formação humana dos estudantes e com uma personalidade consciente e crítica de sua realidade.

Outro ponto urgente e necessário de ser trabalhado são os recortes sociais e raciais das pessoas com deficiência. Cabe aqui pontuar a baixa produção sobre tais recortes desses estudantes que acessam esses espaços – sejam eles regulares ou especializados – e sobre quem é mais afetado com tais políticas. Os trabalhos selecionados não abordaram as questões de gênero, raça e nem aspectos sociais. Ao falarmos da educação pública, é importante considerar o público que a acessa e, trazer

essa perspectiva interseccional, possibilita-se pensar em políticas públicas mais efetivas e que vão de encontro a população brasileira.

ALVES, P. **Ministro da Educação diz que há crianças com grau de deficiência em que 'é impossível a convivência'**. G1. 2021. Disponível em: <https://g1.globo.com/pe/peernambuco/noticia/2021/08/19/ministro-da-educacao-criancas-impossivel-convivencia.ghtml>. Acesso em: 6 mar. 2023.

BRASIL. **Emenda Constitucional nº 95, de 16 de dezembro de 2016.** Altera o Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, para instituir o Novo Regime Fiscal, e dá outras providências. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 2016a. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/emendas/emc/emc95.htm. Acesso em: 10 abr. 2023.

BRASIL. PORTARIAS DE 1º - DE JUNHO DE 2016. **DOU**: Diário Oficial da União. 104. ed. Brasília, DF, 2 jun. 2016b. Disponível em:
<https://pesquisa.in.gov.br/imprensa/jsp/visualiza/index.jsp?jornal=2&pagina=17&data=02/06/2016>. Acesso em: 10 abr. 2023.

FREIRE, P. **Pedagogia da esperança: um reencontro com a pedagogia do oprimido**. Editora Paz e Terra, 2014.

HORTA, Í. B.; SILVA, E. V. da; ARAÚJO, E. S. Ações e propostas do governo Zema em Minas Gerais para a Educação Especial. **Olhar de Professor**, [S. l.], v. 27, p. 1–20, 2024. DOI:

Inclusão escolar nas gestões Temer e Bolsonaro: uma revisão sistemática de literatura 10.5212/OlharProfr.v.27.23195.029. Disponível em: <https://revistas.uepg.br/index.php/olhardeprofessor/article/view/23195>. Acesso em: 24 out. 2024.

JANUZZI, G. Algumas concepções de educação do deficiente. **Revista Brasileira de Ciências do Esporte**, v. 25, n. 3, 2004.

KASSAR, M. C. M. Educação especial na perspectiva da educação inclusiva: desafios da implantação de uma política nacional. **Educar em revista**, p. 61-79, 2011. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0104-40602011000300005>. Acesso em: 27 abr. 2023.

KASSAR, M. C. M.; REBELO, A. S.; OLIVEIRA, R. T. C. Embates e disputas na política nacional de Educação Especial brasileira. **Educação e Pesquisa**, v. 45, 2019.

LEHER, R. Estado, reforma administrativa e mercantilização da educação e das políticas sociais. **Germinal: marxismo e educação em debate**, v. 13, n. 1, p. 9-29, 2021.

PIRES, B. **Ministro Decotelli cai por maquiar currículo e reforça pessimismo sobre o futuro da Educação**. 2020. Disponível em: <https://brasil.elpais.com/brasil/2020-07-01/ministro-decatelli-cai-por-maquiar-curriculo-e-reforca-pessimismo-sobre-o-futuro-da-educacao-sob-bolsonaro.html>. Acesso em: 7 mar. 2023.

PLETSCH, M. A dialética da inclusão/exclusão nas políticas educacionais para pessoas com deficiências: um balanço do governo Lula (2003-2010). **Revista teias**, v. 12, n. 24, p. 17, 2011. Disponível em: <https://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/revistateias/article/view/24189>. Acesso em: 27 abr. 2023.

RAFANTE, Heulalia Charalo; SILVA, João Henrique da; CAIADO, Katia Regina Moreno. A Federação Nacional das APAES no contexto da ditadura civil-militar no Brasil: construção da hegemonia no campo da educação especial. **Education Policy Analysis Archives**, [S.L.], v. 27, p. 64, 3 jun. 2019. Mary Lou Fulton Teacher College. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.14507/epaa.27.4474>. Acesso em: 19 out. 2024.

REBELO, A. S.; KASSAR, M. C. M. Escolarização dos alunos da educação especial na política de educação inclusiva no Brasil. **Inclusão Social**, v. 11, n. 1, 2017. Disponível em: <https://revista.ibict.br/inclusao/article/view/4079>. Acesso em: 27 abr. 2023.

ROSA, J. G. L.; LIMA, L. L. Muda o governo, mudam as políticas? O caso da política nacional de educação especial. **Revista Brasileira de Educação**, v. 27, 2022.

SANTOS, E. C. S. L.; MOREIRA, J. S. A “Nova” Política de Educação Especial como afronta aos Direitos Humanos: análise crítica do Decreto 10.502/2020. **Revista de Estudos em Educação e Diversidade-REED**, v. 2, n. 3, p. 156-175, 2021.

SCHABBACH, L. M.; ROSA, J. G. L. Segregar ou incluir? Coalizões de defesa, ideias e mudanças na educação especial do Brasil. **Revista de Administração Pública**, v. 55, p. 1312-1332, 2022.

SOUZA, M. M. **Financiamento da educação especial paulista via parcerias com organizações da sociedade civil sem fins lucrativos**. 2022. 311f. Tese (Doutorado em Educação). Faculdade de Educação, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2022.

STF. **ADI 6590**: transcrições da audiência pública. TRANSCRIÇÕES DA AUDIÊNCIA PÚBLICA. 2021. Disponível em:

https://www.stf.jus.br/arquivo/cms/audienciasPublicas/anexo/ADI6590_Transcricoespdf. Acesso em: 8 mar. 2023.

TEIXEIRA, R. A. G.; OLIVEIRA, A. F. T. M.; SOUSA, A. S. Q. Cenários e perspectivas de políticas públicas da educação especial no Brasil. **Revista Exitus**, v. 8, n. 3, p. 452-480, 2018.

TORRES, J. P.; COSTA, C. S. L. da .; LOURENÇO, G. F.. Substituição Sensorial Visuo-Tátil e Visuo-Auditiva em Pessoas com Deficiência Visual: uma Revisão Sistemática. **Revista Brasileira de Educação Especial**, v. 22, n. 4, p. 605–618, out. 2016.

UNESCO. **Termo de referência nº 1/2017** – Educação Especial para Contratação de Consultoria na modalidade produto. CNE/UNESCO – 914BRZ1050.3: “O fortalecimento do papel institucional do Conselho Nacional de Educação no processo de elaboração, aperfeiçoamento e acompanhamento das políticas públicas de educação básica e superior em todas as etapas e modalidades de educação e ensino”. Brasília, DF: Unesco, 2017a.

UNESCO. **Termo de referência. Edital nº 13/2017**. Projeto 914BRZ1148 – “Fortalecimento da capacidade institucional para o tratamento da diversidade, inclusão e sustentabilidade socioambiental”. Brasília, DF: Unesco, 2017b.



Os direitos de licenciamento utilizados pela revista Educação em Foco é a licença *Creative Commons Attribution-NonCommercial 4.0 International* (CC BY-NC-SA 4.0)

Recebido em: 02/03/2024
Aprovado em: 23/10/2024